

Medida Provisória nº 2132-46, de 2001

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências.

Assunto: Econômico - Tributação

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: 23/08/2001 - Subsecretaria de Arquivo

Destino: Ao arquivo

Último estado: 03/07/2001 - REVOGADA

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1636/2 de 1998

Medida Provisória nº 1636/3 de 1998

Medida Provisória nº 1636/4 de 1998

Medida Provisória nº 1636/5 de 1998

Medida Provisória nº 1636/6 de 1998

Medida Provisória nº 1680/8 de 1998

Medida Provisória nº 1680/9 de 1998

Medida Provisória nº 1680/10 de 1998

Medida Provisória nº 1680/11 de 1998

Medida Provisória nº 1680/12 de 1998

Medida Provisória nº 1753/13 de 1998

Medida Provisória nº 1753/14 de 1999

Medida Provisória nº 1753/15 de 1999

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1753/16 de 1999

Medida Provisória nº 1753/17 de 1999

Medida Provisória nº 1753/18 de 1999

Medida Provisória nº 1753/19 de 1999

Medida Provisória nº 1855/20 de 1999

Medida Provisória nº 1855/22 de 1999

Medida Provisória nº 1855/23 de 1999

Medida Provisória nº 1855/24 de 1999

Medida Provisória nº 1855/25 de 1999

Medida Provisória nº 1990/28 de 2000

Medida Provisória nº 1990/29 de 2000

Medida Provisória nº 1990/30 de 2000

Medida Provisória nº 1990/31 de 2000

Medida Provisória nº 1990/32 de 2000

Medida Provisória nº 2033/34 de 2000

Medida Provisória nº 2033/35 de 2000

Medida Provisória nº 2033/36 de 2000

Medida Provisória nº 2033/37 de 2000

Medida Provisória nº 2033/38 de 2000

Medida Provisória nº 2033/39 de 2000

Medida Provisória nº 2132/42 de 2001

Medida Provisória nº 2132/43 de 2001

Medida Provisória nº 2132/44 de 2001

Medida Provisória nº 2189/48 de 2001

Medida Provisória nº 2189/49 de 2001

Medida Provisória nº 2132/45 de 2001

Medida Provisória nº 2189/47 de 2001

TRAMITAÇÃO

23/08/2001 SF-SSARQ - Subsecretaria de Arquivo

Ação: Processo arquivado.

01/08/2001 CN-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Encaminhado ao Arquivo. (Em 2 volumes).

03/07/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Ação: Ao Arquivo via Protocolo Legislativo.

03/07/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Situação: REVOGADA

Ação: A presente Medida Provisória foi revogada pela de nº 2.189-47, de 28 de junho de 2001, publicada no DOU de 29.6.2001(Seção I), sem alterações, conforme folhas nºs 220 a 221, anexadas ao Volume II do processo.

03/07/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Ação: Anexadas ao Volume II, fls. nºs 196 a 219, referentes à Mensagem nº 366/2001-CN.

Publicado no DCN Páginas 15038-15062

28/06/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Ação: À SSCLCN.

28/06/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Ação: No prazo regimental não foi adicionada emenda à Medida Provisória.

26/06/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Ação: Convalidadas as emendas de nºs 001 a 020 constantes da Medida Provisória nº 2132-45, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.1999).

22/06/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Ao Serviço de Apoio as Comissões Mistas.

Publicado no DOUE Páginas 37-38

22/06/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Convalidada a Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.132-45/2001, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.1999).

TRAMITAÇÃO

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 2132-

Data: 22/06/2001

Autor: Presidência da República

Local: null

Descrição/Ementa: Altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências.